

Expansão da soja no cerrado de Mato Grosso

Aspectos políticos¹

José Manuel Carvalho Marta²
Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo³

Resumo: O artigo questiona alguns elementos convencionais de análise na literatura econômica rural e no senso comum dos técnicos na busca de explicação para a entrada e expansão da soja em Mato Grosso, à parte da questão preços x quantidades de insumos e produtos. Fundamentalmente, propõe, na discussão, identificar alguns elementos da modernização do campo, como pré-condição do processo de migração dos agricultores do Sul do país para o território mato-grossense. Também procura mostrar como os sojicultores se tornaram reféns do sistema internacional de preços e insumos modernos, além, naturalmente, do sistema financeiro, indicando ainda sua dependência com o capital agroindustrial, com o mercado e com as suas instituições. Indica, inicialmente, que a introdução da soja foi viabilizada por políticas governamentais em conjunto com ações de empresas comerciais que se beneficiaram do processo.

Palavras-chaves: sojicultura, política, agricultura.

Introdução

Este artigo procura fazer uma análise histórico-metodológica de alguns elementos convencionais utilizados na literatura econômica rural e no senso comum dos técnicos para explicar a entrada e a expansão da soja em Mato Grosso e interpretar algumas razões de sua manutenção como cultura principal do agronegócio no estado. Fundamentalmente, propõe a discussão dos elementos da modernização do campo, como pré-

condição do processo de migração dos agricultores do Sul do país para o estado e seus projetos daí decorrentes.

Qual a razão do ingresso da soja no território mato-grossense na década de 1970, quando, até então, o estado não tinha tradição nesse tipo de cultura? Essa é a questão básica que se pretende discutir ao longo do artigo. Para tanto, são propostas algumas razões como base da discussão e da polêmica vigente em momentos de crise e suas possíveis saídas.

¹ As opiniões aqui emitidas são de exclusiva responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião da instituição à qual pertencem. Os autores agradecem aos debatedores presentes à Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober).

² Doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Unicamp. Professor do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios e Desenvolvimento Regional da UFMT. E-mail: jmart@ufmt.br.

³ Doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios e Desenvolvimento Regional da UFMT. E-mail: adriano@ufmt.br.

Certamente, a expansão territorial e, portanto, geográfica parece ser o motivo mais imediato e “natural”, em função de uma possível aptidão de Mato Grosso para o plantio da soja, devido às extensões territoriais e aos custos baixos de sua implantação no cerrado. Outra razão parece ser o seu contínuo crescimento em certas áreas, a começar pelo Sul, por onde entrou no País, aliado às condições econômicas disponibilizadas na região meridional do Estado de Mato Grosso⁴, onde se estabeleceu, inicialmente apoiada por forte aparato estatal. Resta, entretanto, discutir as condições edafoclimáticas adequadas ao cultivo da leguminosa.

Assim, todas apresentam uma natureza expansionista, desprezando a análise dos custos de um processo de inovação tecnológica, devido ao estado brasileiro. Portanto, no conjunto de atividades convencionadas como modernização, deve-se considerar em primeiro lugar o desenvolvimento de sementes, cujo investimento teve importante participação de organismos de governo, como o Centro de Soja da Embrapa, em Londrina, PR, onde se promoveu a pesquisa básica e de extensão rural, implementada pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Mato Grosso (Empaer-MT)⁵.

Depois, nesses fatos, ocorreu uma participação humana que alterou a naturalidade do processo. Logo, a semente sofreu alterações para que se fizesse sua adaptação no Cerrado, já que, para produzir, as condições ambientais devem ser adequadas. Insistindo na hipótese básica do argumento convencional, deve-se levar em consideração que a disponibilidade de terra também não é elemento suficiente para sua ocupação. O solo ácido teve que ser neutralizado; a fertilidade era insuficiente para o cultivo e exigiu o uso de adubos e fertilizantes, sendo alterada; as regiões abaixo de 200 m de altitude foram desqualificadas, buscando-se identificar as

altitudes apropriadas à produção – acima de 300 m. Necessitou-se também de terrenos planos e drenados, abertos para se instalar a mecanização.

Esse conjunto de elementos aos quais nos referimos alterou significativamente os custos de produção, comparativamente a um processo tradicional de desenvolvimento na agricultura ou mesmo à natureza que o processo em marcha exigia.

Houve, porém, outro paradoxo, como conseqüência do complexo soja – a criação de uma nova dualidade: de um lado, uma aparente⁶ riqueza proporcionada por cumes eventuais de acumulação. De outro, a grande massa de excluídos em algumas cidades do interior, onde o processo de industrialização deveria ter ocorrido e gerado empregos e renda, mas não ocorreu, mesmo com incentivos fiscais e financeiros oferecidos aos empreendedores pelo governo.

Este artigo pretende contribuir para a literatura regional ao expor alguns aspectos políticos associados à entrada da soja em Mato Grosso. Desta forma, tem-se na seção 2 a discussão de algumas idéias seminais em foco. As seções 3 e 4 consistem na discussão da mecanização e da modernização agrícolas. A seção 5 enfoca a crise e a complexidade na sojicultura. A seção 6 aborda a expansão recente desta cultura e, por fim, tem-se as conclusões.

Questões preliminares

A referência à dualidade na seção anterior procura evidenciar uma outra, mais antiga: aquela tratada no complexo cafeeiro paulista, em que o algodão e o amendoim eram produzidos por famílias de pequenos agricultores, da qual derivavam as matérias-primas responsáveis pela produção de oleaginosas (CANO, 2002). A industrialização que derivou desse sistema

⁴ Mesmo antes da implantação de um programa de apoio à soja, desenvolveu-se nas regiões de Rondonópolis e Diamantino o Polocentro, criado em 1974, com o objetivo de programar ações de modernização do campo.

⁵ A Empaer passou por diversas fusões e incorporações com outras empresas do estado de Mato Grosso. Atualmente, denomina-se Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Mato Grosso (Empaer-MT), exercendo as funções de órgão de assistência técnica e pesquisa agropecuária.

⁶ A aparência decorre de um processo de aprisionamento no qual o empresário rural se torna refém, até involuntariamente, para fazer frente ao crescimento constante da produção.

produtivo permitia o suprimento de óleo para o abastecimento humano e de tortas para a nutrição animal. Assim, por um lado, a grande lavoura do café – exuberante e afortunada – e, por outro, em uma livre interpretação dual, um contingente de pequenos e pobres agricultores, migrando à margem e objeto de justificativas de “transformações estruturais” nunca realizadas.

Curiosamente, aquela dualidade foi suplantada por outra, a da soja, cuja lógica pareceu atender aos elementos de internacionalização do capital, como se pôde interpretar a evolução de seu plantio, considerando os aspectos da “marcha da industrialização no agronegócio”, conforme tratados por Guimarães (1978) ao analisar a evolução americana.

Nesse sentido, a primeira etapa desse processo poderia ser identificada na dualidade anterior, cujas características eram: o predominate trabalho manual; a simples cooperação; o emprego esporádico de máquinas e, conseqüentemente, as restritas melhorias na preparação do solo, na sementeira, na colheita e no beneficiamento; o emprego da tração animal na lavoura; e a produção em escala comercial. Na dualidade imposta pela soja, uma característica importante foi a chamada agroindustrialização, com a qual foram sendo internalizadas outras características, mais objetivas, considerando-se o escopo da atividade. Dessa maneira, enumeram-se como elementos desse processo: a maior cooperação entre produtores; o uso de técnicas de alto nível; a disseminação da tração motorizada; o emprego da eletricidade, da cibernética, das sementes selecionadas; o alto rendimento, pelo aperfeiçoamento genético das linhagens vegetais e animais e, sobretudo, a adoção de formas superiores de organização socioeconômica, ou seja, das variadas formas de integração agroindustrial (GUIMARÃES, 1978).

A soja ganhou status comercial com o deslocamento de duas outras oleaginosas, nos

anos 1970, quando se implantou a chamada modernização da agricultura brasileira. Nesse sentido, deslocou-se as culturas do algodão e do amendoim – tradicionais produtos do abastecimento nacional destinados à produção de óleo –, em função da sua eficiência produtiva, decorrente da intensificação do uso do capital, em primeiro lugar pela utilização da máquina como parte do processo produtivo no campo.

Aquelas culturas, em geral, tinham por base o trabalho humano, praticado em pequenas unidades familiares, sendo o plantio e a colheita feitos penosamente à mão. Dessa maneira, o ingresso da soja na economia nacional alterou substancialmente a estrutura na qual estava baseada a produção de óleo no Brasil. Com o deslocamento das empresas oligopolistas – oligopsonistas⁷ – que compunham o mercado, permitia-se o ingresso de novo padrão de produção, dentro de uma lógica intercapitalista.

Nesse sentido, vale considerar um clássico estudo de Guimarães (1978), cujo ponto de vista, em 1978, só lhe permitiu comparar as ações dos oligopolistas nacionais com os do século anterior, cujo papel – representado pela Nestlé – em relação aos agricultores suíços mostrava a expropriação àqueles camponeses. Em seu trabalho, o autor constrói algumas etapas das empresas oligopolistas no Brasil e o desenvolvimento de suas atividades. Assim, diz ele, tratando da Anderson Clayton e da Sociedade Brasileira do Nordeste Brasileiro (Sanbra), havia grande semelhança com a Nestlé, cujo caráter oligopolista dominava o cenário do abastecimento desde os anos 1930:

[...] tiveram uma fase tipicamente ‘compradora’, repetindo aqui métodos de acumulação primitiva peculiares aos tempos coloniais. Atuavam, ambas, como maquinistas de algodão [cujo objetivo era a exportação], vindo depois a transformar o caroço [a semente] em óleo comestível e a exportar pluma. Notabilizaram-se, em tal fase, pelo muito que se atritavam com os plantadores por causa da discor-

⁷ As principais empresas atuantes nesse mercado eram a Anderson Clayton, a Sanbra e a Unilever. A primeira e a segunda constituíam-se como líderes do mercado, sendo seguidas pela terceira, que entrou mais tarde no Brasil, principalmente produzindo subprodutos glicerizados, como sabão e sabonete. A Anderson Clayton, detentora de marcas tradicionais, como Saúde e Claybon, assim como a pasta de amendoim Amendocrem, transferiu seu patrimônio em grande parte para a Unilever, nas décadas de 1980 e 1990. A Sanbra, controlada pelo grupo Bunge-Born, depois da expansão do setor e do surgimento de empresas como a Olvebra e a Ceval – esta última controlada pelo grupo catarinense Hering –, assimilou algumas dessas empresas e passou por forte reestruturação, criando o Grupo Bunge.

dância de classificação, de peso e de preço. Referências a essas questões apareciam frequentemente na imprensa da época e uma publicação oficial, editada pelo governo do Estado de São Paulo [...] fazia as seguintes considerações: [...] ‘importaram máquinas com isenções de direitos alfandegários, constituíram-se num ‘trust’ ou numa ‘entente’ comercial. [...] noventa por cento das máquinas de beneficiar algodão já passaram para a mão do ‘trust’, ainda que figurem sob o nome de firmas aparentemente autônomas. Dominados, dessa forma, os intermediários, o ‘trust’ submete por fim o próprio agricultor, que fica na dependência dos preços vigentes, determinados pelas firmas internacionais. (GUIMARÃES, 1978, p. 139-140)

Esse oligopólio também teve importante e exemplar atuação nos negócios do amendoim, criando diversas situações semelhantes às aquelas relatadas a respeito do algodão.

O que parece paradoxal é o fato de a Sanbra, apesar de ser uma das controladoras desse mercado, buscar, através da inovação e da maior lucratividade, alternativas aos plantios tradicionais de algodão e de amendoim. Curiosamente, reconhece-se como pioneira no desenvolvimento da comercialização da cultura da soja, ainda na década de 1960, apresentando tal iniciativa no seu relatório de 1975, especialmente no Estado do Paraná. Infere-se, então, que tanto essa empresa quanto a Anderson Clayton constituíram um importante elemento para a substituição daqueles óleos e gorduras vegetais e mesmo os de origem animal, especialmente quanto ao processo de comercialização, portanto, para o mercado de óleos e margarinas, definindo políticas de desestímulo junto aos agricultores sem a atuação do governo, preocupado com a introdução de novos métodos. Nessa etapa, observa-se a inclusão da Unilever⁸ e suas marcas, compondo especialmente o cartel da margarina.

Se a comercialização e o mercado estavam estabelecidos para promover a substituição, como se pode verificar pela ação das multinacionais, a “necessidade governamental da modernização necessita ser referenciada. Nesse sentido, a política agrícola vigente e implementada nos anos setenta

induzia agricultores mato-grossenses à cultura da soja”, como pode ser entendido da leitura de Delgado (1997), um dos inúmeros comentaristas daquela legislação e da modernização conservadora, implementadas de maneira dolorosa (SILVA, 1980).

Dessa forma, Delgado (1997) apontava para um relativo estancamento na função brasileira de suprimento do mercado mundial de alimentos, desde a década de 1950. A política econômica implantada após 1964 indicava transformações estruturais, principalmente visando o mercado externo. Nas décadas de 1960 e 1970, a exemplo da Europa e dos Estados Unidos, buscou-se no Brasil um processo de “integração técnica” da indústria com a agricultura, certamente passando pela modernização das operações, na qual se integravam a máquina e os implementos de forma mais intensa.

Esse aspecto foi induzido pelo Estado, quando se considera o papel desenvolvido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) e pela Comissão Especial do Planejamento do Cacau (CEPLAC) e, nas palavras de Delgado (1997, p. 218-219), o “fortalecimento das estruturas fomentadoras da produtividade e funcionalidade do crescimento capitalista no setor”. Assim, procurava-se uma concepção de “planejamento induzido dos mercados de produtos rurais mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado”, caracterizado nas oscilações de preços e volume de produção. Isso estimulou aspectos definidos como Revolução Verde, que incorporava as relações de crédito na agricultura “mediante pacotes com mecanismo de seguro de preço e seguro de crédito à produção”.

Em Mato Grosso, esse conjunto de medidas pode ser atribuído, no caso da soja, ao desenvolvimento de espécies adequadas ao Cerrado e à formação de um mercado para os produtos delas derivados. A primeira dessas iniciativas governamentais foi desenvolvida pelo Centro de Soja da

⁸ A Unilever era bastante conhecida até então pelo seu controle no mercado de sabão e sabonete, com as marcas Lever, Gessy – oriundas da aquisição da marca quando da compra de um grupo nacional –, Lux e Omo.

Embrapa, onde se produziu a semente de soja da espécie chamada Cristalina⁹, cuja destinação estava amparada pelos objetivos governamentais de ocupação de extensas áreas vazias do Brasil Central.

Associava-se a essa ação tecnológica a implementação de uma Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), com seus instrumentos mais conhecidos – a Aquisição pelo Governo Federal (AGF) e o Empréstimo pelo Governo Federal (EGF) –, a qual era reconhecida nas constantes operações realizadas pelo governo federal através da Comissão de Financiamento da Produção (CFP)¹⁰.

Esses instrumentos tinham por objetivo envolver os diversos produtos agrícolas, tanto na fase do amansamento da terra como na etapa de sua consolidação. Na verdade, estimulavam os agricultores a incorporar o novo modelo, cuja demanda por terras definia-se pelo equipamento a ser utilizado. Como era comum o comentário entre técnicos e agricultores, o uso da máquina só era viável para unidades produtivas acima de 200 ha, o que implicava o cultivo em extensões de terras muito maiores que aquelas do Sul.

O uso da máquina na modernização da agricultura

A base teórica do uso de equipamentos na modernização do campo parece estar presente nos ensinamentos de Chayanov (1994), do início do século 20, quando analisava a agricultura camponesa, derivada de certo padrão de relação de produção segundo o qual o componente familiar no trabalho do campo era um fator fundamental. De alguma maneira, reconhece-se na migração para Mato Grosso esse pressuposto.

Algumas famílias e clãs inteiros, saídos do Sul do País, sua região nativa, iniciaram um novo processo produtivo até então desconhecido pelos habitantes locais. Como conseqüência dessa transposição, em que era possível adquirir mais

terra e máquinas “para trabalhar a lavoura”, os migrantes adquiriam, às vezes, dez vezes mais terra – ou ainda mais que isso – que aquelas que possuíam no lugar de origem.

Observando tal realidade, a leitura do agrônomo russo Chayanov, cujo texto aqui serve de base, parece bastante adequada quando diz da necessidade “lógica da absorção de capital [...] [por aquelas famílias] submetidas às restrições específicas [...] pelo período de seu gasto máximo durante o ciclo agrícola”. Ou seja, observando o trabalho no campo, parece sempre haver excesso de trabalhadores agrícolas para tarefas comuns e escassez para as necessidades temporais do cultivo do solo (CHAYANOV citado por WILKINSON, 1980, p. 60).

Dessa maneira, acreditava Chayanov que “os camponeses, para fazerem frente aos períodos de determinação da colheita e dos plantios, entregavam-se à compra de bens de capital”. Para a família camponesa, diz ele, “o equipamento não é um meio de poupar trabalho, mas permite seu uso mais expansivo ao longo do restante do ciclo agrícola”. Isso possibilita “um cultivo de uma área muito maior e, desta maneira, leva a um significativo incremento absoluto da renda bruta, que não poderia ser obtida de outro modo”.

O equipamento, ao ser incorporado, cria as condições de auto-exploração da família de agricultores de três maneiras: a) aumento do esforço laboral, em função da maior extensão de terras apropriadas pelo uso da máquina; b) dependência financeira, buscando-se formas de pagar o bem adquirido e os efeitos da aquisição; c) dependência tecnológica, condicionando-se a produção ao conjunto de equipamentos.

Considerando o caso de Mato Grosso, os componentes do processo produtivo da soja, nas condições naturais da terra, representaram custos de mais de 70 % na produção. A modernização e a adequação às condições de produção constituíram, assim, um ciclo vicioso, para o qual muitos agricultores não tinham saída, com endivi-

⁹ Nos anos 1980, entraria a espécie Doco e mais tarde, a Cariru.

¹⁰ Talvez o símbolo mais importante desse processo seja a instalação dos escritórios da CFP em Cuiabá em 1978.

damento crescente junto ao sistema bancário. Esse ciclo inicia-se na introdução da agricultura no processo de modernização¹¹.

Dessa maneira, a introdução da soja atendeu a aspectos do mercado oligopolístico considerados a jusante, no qual a aquisição era feita de maneira concentrada por empresas como a Bunge Alimentos, a Cargill, a ADM, a Sadia, a Perdigão e a Unilever. O controle oligopsônico, portanto, com preços definidos pelo comprador, deve ser observado nas máquinas e em outros insumos, como fertilizantes e defensivos agrícolas, cujas empresas são de natureza multinacional. Curiosamente, esses elementos são liberados e sem nenhuma regulação, ainda que com fortes características de monopólio.

Aspectos da mecanização e modernização do campo

Analisando os aspectos do uso de insumos modernos e de mecanização do campo, como verificados no caso da soja, pode-se observar a questão dos custos como reflexo dos aspectos históricos, agora consolidados. Assim, a estrutura de custos, em geral não aferida pela maioria dos produtores, mas elaborada pelo órgão governamental de política agrícola – Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para 2005, mostra importantes elementos que ratificam o ponto de vista aqui apresentado.

A Tabela 1 indica, em dois municípios de Mato Grosso, a composição do custeio da soja para o referido ano. A partir dos valores considerados pela Conab, o autor verificou a participação de cada item de custo em relação ao custo final e ao custo parcial. Assim, foram considerados: o uso da aviação na aplicação de defensivos agrícolas, a mecanização de plantio e colheita, a mão-de-obra utilizada – fixa e temporária –, sementes, fertilizantes e os defensivos. Nota-se que há

Tabela 1. Participação percentual dos itens de custo da produção de soja em Sapezal e Primavera do Leste, Mato Grosso, 2005.

Item de custo (custeio agrícola)	Sapezal		Primavera	
	% do custo total	% do custeio	% do custo total	% do custeio
Aviação	1,65	3,12	2,85	4,72
Máquina	10,36	19,61	5,64	9,34
mão-de-obra temporária	0,47	0,88	0,70	1,15
mão-de-obra fixa	1,12	2,15	1,37	2,27
Sementes	5,41	10,38	8,47	13,93
Fertilizantes	21,96	41,58	25,01	41,11
Defensivos agrícolas	11,83	22,40	16,34	27,06
Total parcial	52,81	100,00	60,38	100,00

Fonte: Conab (2006).

algumas diferenças importantes definidas pelo processo utilizado no plantio e na colheita, com o uso de máquinas próprias ou de terceiros.

Como pode ser observado também na Tabela 1, relativo ao custeio agrícola – ou seja, aviação, máquinas, parte das sementes, fertilizantes e defensivos –, os itens incluídos e desenvolvidos como modernização nessa área representam mais de 85 % do custeio no Município de Sapezal. No conjunto dos custos, esses itens respondem, naquela localidade, por aproximadamente 48 % do custo total. Em Primavera do Leste, os mesmos itens correspondem a aproximadamente 90 % e 53 % do custeio e do total dos custos, respectivamente.

Parece evidente que a maior parte dos agricultores não apropria adequadamente esses custos, o que lhes passa a sensação de uma margem consignável, levando-os a fazer despesas como se essas fizessem parte do lucro decorrente da comercialização do produto.

¹¹ A Revolução Verde é como se convencionou chamar a transformação radical na qual um novo padrão tecnológico é introduzido na agricultura tradicional, reduzindo-se ou abandonando-se a rotação de culturas, de integração de lavouras com a pecuária e a adubação com esterco animal, utilizando-se fertilizantes químicos e instituindo-se a mecanização agrícola, a divisão do trabalho e a especialização, como a produção de sementes. A partir da década de 1980, incluiu-se nesse processo a pressão ambientalista, que motivou mudanças como a dos chamados – até então – agrotóxicos, à base de cloro e fósforo, então substituídos por moléculas biodegradáveis, de maiores custos.

Dessa maneira, a Tabela 2 mostra a depreciação estimada nos custos observados pela Conab em 2005, em geral apropriada pelo agricultor como se fosse aquela a forma de recurso a se apropriar.

Assim, é possível afirmar, considerando-se a Tabela 2, que há maiores benfeitorias em Sapezal do que em Primavera do Leste, certamente em função da existência de armazéns na propriedade.

Tabela 2. Produção das lavouras temporárias, Mato Grosso, 1940–1980.

Depreciação	Sapezal (%)	Primavera (%)
Depreciação das benfeitorias	21,03	10,05
Depreciação dos implementos	1,51	1,71
Depreciação das máquinas	4,28	3,90
Total	26,82	15,66

Fonte: Conab (2006).

Crises e a complexidade da produção de soja

A soja passou a figurar substantivamente nas estatísticas de Mato Grosso apenas depois de o estado ter sido dividido, após 1980. A produção dessa leguminosa estava localizada no atual Mato Grosso do Sul, região onde o ecossistema e as terras são de natureza diferente daquelas do estado remanescente. A Tabela 3 procura mostrar a estatística da produção agropecuária do Estado de Mato Grosso antes de 1980; portanto, antes da divisão.

A produção de arroz, durante os anos 1970, foi a cultura mais praticada como parte do processo de abertura de fronteiras agrícolas. Já a de cana-de-açúcar atendia aos incentivos do Proálcool. O feijão e a mandioca cumpriam o abastecimento regional, em conjunto com uma parte do arroz, havendo naturalmente uma parte do feijão e grande parte do arroz, de certa maneira

Tabela 3. Produção das lavouras temporárias, Mato Grosso, 1940–1980.

Produtos das lavouras temporárias	Anos					
	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Abacaxi (mil frutos)	682	171	612	2.574	438	270
Abóbora (jerimum, moranga) (mil frutos)	2.056	1.328	297	6.208	2.173	3.080
Algodão em caroço (herbáceo) (t)	13	481	13.904	3.182	2.661	1.367
Amendoim em casca (t)	96	604	151	1.298	331	4.904
Arroz em casca (t)	20.078	53.926	195.405	201.380	356.769	1.005.328
Batata-doce (t)	1.222	3.408	684	856	666	1.033
Batata-inglesa (t)	135	49	142	15	48	2
Cana-de-açúcar (t)	46.530	100.951	125.408	44.865	71.062	308.043
Cebola (t)	112	146	121	1	2	5
Fava (t)	27	3	-	1	-	-
Feijão em grão (t)	6.265	13.956	33.356	24.893	20.912	30.973
Fumo em folha (t)	24	451	196	698	202	151
Mamona (t)	13	54	72	169	62	39
Mandioca (aipim, macaxeira) (t)	54.458	180.410	240.993	53.306	44.172	42.761
Melancia (mil frutos)	-	121	114	2.916	799	886
Melão (mil frutos)	-	4	13	13	50	3
Milho em grão (t)	41.375	73.846	149.480	82.387	93.731	123.452
Soja em grão (t)	-	14	99	9	5	88.854
Tomate (t)	38	95	828	913	1.127	687
Trigo em grão (t)	11	112	115	-	-	18

Fonte: IBGE (2006).

inexpressiva no âmbito nacional, atendendo ao mercado brasileiro.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, havia uma crise instalada na atividade da abertura da fronteira agrícola. O arroz havia, então, sido assumido como cultura hegemônica e quase que exclusivamente como atividade comercial em Mato Grosso. Era entendida, pelo governo federal, como cultura de abertura da fronteira agrícola e amansadora de terra¹², tendo, assim, incentivos compatíveis com esse tratamento. Ou seja, recebia a garantia de preços para proceder a esse processo.

Dessa maneira, como principal instrumento de política, o governo realizava a aquisição do produto por preços mínimos, através da AGF e do EGF. O preço praticado era baixo e suficiente para remunerar apenas os custos, permitindo o pagamento dos insumos necessários à abertura de áreas e sua manutenção. Nesse sentido, poderiam ser pagas despesas, tais como sementes selecionadas, óleo diesel e fertilizantes, e às vezes prestações de máquinas e equipamentos, não permitindo a remuneração do capital e sua depreciação.

A crise, na realidade, ocorria em função do contínuo plantio da gramínea, cuja produtividade se apresentava decrescente, considerando os diversos anos de plantio e produção do arroz. Para se ter idéia dessa situação, a Tabela 4 demonstra, a partir de dados regionais, a produtividade desse produto entre 1975 e 1981.

O mais grave ocorria em decorrência da falta de apoio à assistência técnica e do incentivo oferecido pela CFP, através do Banco do Brasil, que, além dos limitados conhecimentos em relação aos novos plantios e à comercialização do produto, apresentava garantias suficientes para realizar os empréstimos. Criava-se o pior dos mundos.

Do ponto de vista político, diversas manifestações foram realizadas em Barra do Garças, Cuiabá e Brasília reivindicando melhores preços mínimos, principal instrumento de política agrícola.

Tendo clareza do fato de que esse processo era natural no sistema em andamento, mas insensível aos reclamos dos agricultores, o governo federal manteve a política e permitiu em alguns momentos a rolagem da dívida dos produtores – as quais, porém, em muitos casos foram executadas.

Os agricultores que haviam vendido suas terras no Sul do País instalaram-se em espaços muito maiores, principalmente em duas regiões do estado destinadas à colonização: o Araguaia e o Médio-Norte. No Araguaia, ao longo da BR-158, organizavam-se em torno de uma cooperativa – a Canarana –, que mantinha milhares de toneladas de arroz armazenadas a céu aberto, esperando por preços cuja tendência era decrescer. Os outros ocupavam o Meio-Norte, em áreas próximas a Diamantino, e com suas “trilhas” acompanhavam a construção da BR-163. Naturalmente, decorrente de expansões anteriores, havia núcleos de produção estruturados em Rondonópolis e em Cáceres.

Tabela 4. Produção e área plantada de arroz em Mato Grosso, 1975–1981.

Anos	Produção (em toneladas)	Área plantada (em toneladas)	Produtividade	
			Toneladas	Sacas
1975–1976	331.820	211.581	1.568	26,13
1976–1977	673.880	466.870	1.443	24,05
1977–1978	980.560	642.850	1.525	25,41
1978–1979	986.931	780.004	1.265	21,08
1979–1980	1.172.369	896.319	1.307	21,78
1980–1981	1.107.487	888.643	1.260	20,77

Fonte: Marta (1981).

¹²O “amansamento de terra” ocorria quando o arroz era utilizado como auxiliar no controle de ervas daninhas dos plantios iniciais no cerrado de Mato Grosso.

O fator tecnológico possibilitado pelo plantio da soja permitiu modificar a crise instalada, como uma alternativa de produção. Deixava-se de plantar arroz para se cultivar soja, ou seja, substituía-se o plantio da gramínea pelo cultivo da leguminosa, de maneira a recuperar o solo degradado e sem produtividade. Apresentava-se, entretanto, uma contradição: os agricultores estavam empobrecidos e descapitalizados para acatar a rotação de culturas, e as novas técnicas, de base tecnológica, eram intensivas em capital, cujo elemento essencial estava baseado na mecanização e na fertilização da terra.

A intensidade do capital na cultura de soja permitiu eliminar o estoque de agricultores insolventes do Banco do Brasil e incorporar um novo processo, configurado como reconcentração de terras, cuja principal característica era a ampliação de áreas pela aquisição ou simplesmente apropriação de terras “a quem de direito”, como constava nos mosaicos de localização das propriedades à época. Por outro lado, abriu perspectivas na atividade produtora de soja, a montante e a jusante do processo produtivo.

A montante, ampliou-se a comercialização de máquinas e equipamentos específicos para o plantio e a colheita da oleaginosa. Em função da qualidade dos solos, foram incorporados adubos e fertilizantes em grande quantidade. Devido à natureza das plantações – extensas e com inimigos naturais –, passaram a ser incorporados inseticidas e fungicidas, tratados simplesmente como defensivos agrícolas.

Nessa perspectiva, ocorreu a “industrialização” do calcário, que passou a fazer parte do conjunto de atividades do processo produtivo, com a função de reduzir a acidez do solo, criando-se, dessa maneira, novas oportunidades de negócio do estado na atividade mineradora, bem como se viabilizando a ocupação de grandes extensões de terra, principalmente no Cerrado, até então incompatível para a agricultura.

A jusante, o grupo catarinense Sadia, em 1984, utilizando incentivos fiscais e financeiros, principalmente ofertados pelo governo federal¹³, criou a Sadia Mato Grosso, empresa na qual se implantou uma indústria para o esmagamento de soja e onde se produziria desde o óleo degomado até a margarina, passando pelo óleo refinado e envasado.

Portanto, nos anos 1980, o estado transitava da cultura do arroz, utilizada como abertura de fronteira na região do Cerrado, que o caracterizara até então, para a produção tecnologicamente comprometida com a soja. Isso implicava em alterações no espaço regional, cuja divisão havia sido consumada em 1979. Além do mais, criava-se uma complexidade de atividades comerciais para produzir e agregar valor ao produto produzido.

O projeto da Sadia tinha outro objetivo, maior, além de produzir óleo de soja: instalar um plano de desenvolvimento rural, com a criação de pequenos animais, como aves e suínos, a partir do principal alimento – o farelo da soja. Como parte desse projeto, estabelecido em Rondonópolis, surgiam os aviários em Campo Verde e em Chapada dos Guimarães¹⁴, cujo abate animal era realizado na Sadia-Oeste, em Cuiabá.

Em Diamantino seria implantada outra fábrica, semelhante àquela de Rondonópolis¹⁵, e para tanto deram início ao projeto como sendo a primeira etapa do plano, na qual se deu por encerrado. No entanto, projetava-se a criação de suínos, o que também não se consolidou naquele período.

Entretanto, outros empreendedores viam a necessidade de investimentos que transformassem o grão em óleo e farelo, com o que se reduziam os riscos na comercialização, considerando o incremento anual e a ocupação de áreas, e se gerava um maior valor agregado no estado. Porém, os níveis de investimento eram reduzidos, e as plantas existentes estavam adequadas à produção agrícola.

¹³ Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) – Renúncia fiscal do Imposto de Renda das empresas do grupo com base na legislação.

¹⁴ O Município de Chapada dos Guimarães, como base dos aviários, foi posteriormente abandonado.

¹⁵ Como testemunho disso, permaneceu um armazém graneleiro construído em Novo Diamantino.

Segue a Tabela 5, relativa à produção de soja em Mato Grosso entre 1980 e 1989, ou seja, o primeiro decênio da produção em Mato Grosso. Entre 1980 e 1989, havia em Mato Grosso uma produção crescente, como se viu na Tabela 3. Havia também um relativo equilíbrio entre produção agrícola e agroindústrias esmagadoras. As principais empresas desse sistema eram: a Sadia Mato Grosso (Rondonópolis), a Olvebra e a Ovetril (Cuiabá), com uma capacidade instalada em torno de 5,5 milhões de toneladas, significando 68,7 % da capacidade instalada.

Note-se que não há um crescimento constante, como era de se esperar em economias em fase inicial; havia um aumento de mais de 90 % em 1981, em relação a 1980, e que foi se reduzindo gradativamente. Entretanto, os principais fatores eram a instabilidade dos preços e as condições de infra-estrutura, que obrigavam aos agricultores a cobrir elevados custos de transporte.

No final daqueles anos, em uma reunião que buscava alternativas para uma nova crise, os sojicultores chegaram à conclusão de que o modelo até então implementado estava falido. A Carta de Cuiabá, que seria encaminhada ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento naquela oportunidade, mostrava essa falência, buscando novamente uma rolagem das dívidas.

Tabela 5. Produção de soja em Mato Grosso, 1980–1989.

Ano-safra	Produção (t)	Taxa de crescimento (%)
1980	117.173	-
1981	224.901	91,93
1982	365.501	62,51
1983	611.258	67,23
1984	1.050.095	71,79
1985	1.656.039	57,70
1986	1.921.053	16,00
1987	2.389.033	24,36
1988	2.694.718	12,79
1989	3.795.435	40,84

Fonte: Mato Grosso (2004).

¹⁶ Governo do Estado de Mato Grosso (1997).

A década de 1990 e a explosão da produção

Ao longo dos anos 1990, a soja teve um crescimento de menor intensidade, em decorrência da instabilidade dos preços. Entretanto, isso permitiu uma maior integração da produção com o crescimento dos pequenos animais, como suínos e aves, cujos projetos foram implantados ainda na década anterior.

A industrialização, caracterizada principalmente pelo esmagamento da soja, mantinha-se com participação semelhante àquela da década anterior. Isto é, segundo um informe do governo estadual¹⁶, considerando dados da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT), a capacidade instalada em 1997 era de 2.900.000 t por safra, ou seja, 47,82 % da safra; entretanto, a produção apresentada naquele documento era de 6.407.200 t por safra (Tabela 6).

Como se sabe, esse sistema produtivo tem na sua rede a atividade de criação de pequenos animais. Portanto, é necessário entender que o farelo de soja é a base das rações abastecedoras da alimentação animal. Portanto, ao se reconhecer a criação de aves e suínos, procura-se articular o raciocínio com essa atividade. Em 1997, segundo um informe destinado ao investidor, a produção

Tabela 6. Produção de soja em Mato Grosso, 1990-1999.

Ano-safra	Produção (t)	Taxa de crescimento (%)
1990	3.064.715	-
1991	2.738.410	-10,65
1992	3.642.743	33,02
1993	4.118.726	13,06
1994	5.319.793	29,16
1995	5.491.426	3,28
1996	5.032.921	-8,35
1997	6.060.882	20,42
1998	7.228.052	19,25
1999	7.473.028	3,38

Fonte: Mato Grosso (2004).

era de 2.740.000 aves por mês, o que perfazia mais de 30 milhões delas abatidas ao ano. Quanto à carne suína, em sua capacidade instalada, indicava-se o total de 376 t ao ano¹⁷.

Ao se considerar a produção de aves e suínos, é importante observar que houve um importante crescimento da atividade em Mato Grosso. A importância do relacionamento entre a criação de pequenos animais e o cultivo da soja deve-se ao alto consumo de ração dessa fonte de proteína para o consumo humano. Dessa maneira, é possível estimar o consumo de soja levando-se em conta o número de animais no plantel efetivo.

Dessa forma, a produção de aves, em 1992, teria consumido aproximadamente 2,9 milhões de toneladas de ração, ou em torno de 1,8 milhões (60 %) de toneladas de farelo de soja. Em 1994, esse consumo elevava-se a aproximadamente 4,2 milhões de toneladas de ração, sendo aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de farelo de soja. Em 1996, a demanda era de aproximadamente 5,1 milhões de toneladas de ração e 3 t de farelo de soja desengordurado. A produção de suínos não apresentava o mesmo desempenho que a das aves.

Conclusões

Passados mais de 25 anos do início da produção de soja no Cerrado mato-grossense, período durante o qual o estado apresentou um dos maiores índices de produção e de produtividade da leguminosa no quadro mundial, Mato Grosso atravessou em 2006, certamente, uma das piores crises do setor. Em decorrência do aumento dos custos de insumos e equipamentos agrícolas, o agricultor tem cada vez mais se tornado refém de seu próprio negócio, pois são poucas as alternativas para se desfazer ou alterar o uso do equipamento em curto prazo. O endividamento está baseado nos custos anteriores, dentro de um processo histórico no qual ficou sem saída, conforme discutido neste artigo.

As políticas liberais mantidas pelos governos desde o início da década de 1990, exigindo superávits nas balanças comerciais; a intransigência de organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), com subsídios para produtos agrícolas de países emergentes; a falta de planejamento regional, em consequência da crença no mercado como instrumento regulador; uma política de formação de superávit na balança comercial – todos esses elementos, associados às barreiras sanitárias, promovidas por diferentes países para aves e suínos, têm criado o pior dos mundos para aqueles empreendedores. Acrescente-se a falta de previdência, que pode ser definida pela infinita confiança no mercado em uma economia de ciclos e crises, na qual os investimentos e custeios vêm ocorrendo na dependência de um crédito que se pensa ser inesgotável.

Há possibilidade de políticas que possam oferecer sobrevivências aos detentores dos espaços rurais produtores de soja, com culturas rotativas, associando planejamento e subsídios diretos aos agricultores, que dariam certa folga ao produtor. Entretanto, a maior parte deles está endividada, não apenas com o sistema bancário, mas com o fornecimento de fertilizantes, inseticidas e outros insumos modernos, dificultando qualquer negociação e planejamento.

É difícil, em curto prazo, um retorno aos preços de 2004, que apresentavam valores superestimados na relação reais por dólares norte-americanos. O mercado interno e o aumento da industrialização mostram uma recuperação muito lenta, porém gradativa. No mercado externo, há um agravamento definido pelas barreiras sanitárias, cujas consequências aparecem no mercado de farelos para a produção de rações, mas cuja inserção internacional deve ser perseguida, considerando-se os países mais pobres.

Portanto, resta a busca de uma política que permita aos produtores deixar de plantar em períodos de crise, mas manter-se com sobrevida ou transitando para outras culturas, com projetos claros e bem definidos. Isso significaria voltar ao “velho e bom” planejamento agrícola.

¹⁷ Id. ibid.

Referências

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Indicadores agropecuários**: custos de produção de soja. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/seriehistorica.html>>. Acesso em: 6 fev. 2006.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1994.

DELGADO, Guilherme C. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Org.) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: EdUSP:Hucitec, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Manual do investidor no estado de Mato Grosso**. Cuiabá: SICME-MT, 1997. 118 p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

IBGE. **Censos agropecuários**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1731&z=t&o=11>>. Acesso em: 6 fev. 2006.

MARTA, José Manuel Carvalho. **Sugestões para programa de aumento da renda do rizicultor**. Cuiabá, 1981. Mimeografado.

MATO GROSSO. Secretaria de Planejamento e Orçamento de Mato Grosso. **Anuário estatístico do estado de Mato Grosso**. Cuiabá: SEPLAN-MT, 2004.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo: EdUSP: Hucitec, 1980.